



**POLÍCIA
CIVIL**



SIMULADO ESPECIAL

PCAL

ESCRIVÃO - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **PC-AL**, cargo de **Escrivão de Polícia Civil**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/26CVBfE8F2NyZKA1A>

01 - ☐	16 - ☐	31 - ☐	46 - ☐	61 - ☐	76 - ☐	91 - ☐	106 - ☐
02 - ☐	17 - ☐	32 - ☐	47 - ☐	62 - ☐	77 - ☐	92 - ☐	107 - ☐
03 - ☐	18 - ☐	33 - ☐	48 - ☐	63 - ☐	78 - ☐	93 - ☐	108 - ☐
04 - ☐	19 - ☐	34 - ☐	49 - ☐	64 - ☐	79 - ☐	94 - ☐	109 - ☐
05 - ☐	20 - ☐	35 - ☐	50 - ☐	65 - ☐	80 - ☐	95 - ☐	110 - ☐
06 - ☐	21 - ☐	36 - ☐	51 - ☐	66 - ☐	81 - ☐	96 - ☐	111 - ☐
07 - ☐	22 - ☐	37 - ☐	52 - ☐	67 - ☐	82 - ☐	97 - ☐	112 - ☐
08 - ☐	23 - ☐	38 - ☐	53 - ☐	68 - ☐	83 - ☐	98 - ☐	113 - ☐
09 - ☐	24 - ☐	39 - ☐	54 - ☐	69 - ☐	84 - ☐	99 - ☐	114 - ☐
10 - ☐	25 - ☐	40 - ☐	55 - ☐	70 - ☐	85 - ☐	100 - ☐	115 - ☐
11 - ☐	26 - ☐	41 - ☐	56 - ☐	71 - ☐	86 - ☐	101 - ☐	116 - ☐
12 - ☐	27 - ☐	42 - ☐	57 - ☐	72 - ☐	87 - ☐	102 - ☐	117 - ☐
13 - ☐	28 - ☐	43 - ☐	58 - ☐	73 - ☐	88 - ☐	103 - ☐	118 - ☐
14 - ☐	29 - ☐	44 - ☐	59 - ☐	74 - ☐	89 - ☐	104 - ☐	119 - ☐
15 - ☐	30 - ☐	45 - ☐	60 - ☐	75 - ☐	90 - ☐	105 - ☐	120 - ☐

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/450BPIT>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA***Fabrizio Dutra*

Os recentes ataques cometidos por pessoas em situação de rua nas vias do Distrito Federal têm provocado medo na população e ampliado o debate sobre segurança pública. Somente nos últimos sete dias, três ocorrências foram registradas, entre elas a agressão sofrida por uma jovem de 21 anos em uma parada de ônibus na Asa Sul. O episódio evidencia a necessidade de medidas que protejam a coletividade sem desrespeitar os direitos e a dignidade da população vulnerável.

Como resposta ao problema, o Governo do Distrito Federal sancionou uma lei que institui políticas de acolhimento e autoriza, em situações excepcionais, a internação humanizada de caráter involuntário. A medida poderá ser aplicada quando houver risco iminente à vida do indivíduo ou de terceiros, desde que essa condição seja atestada por um médico. A legislação também proíbe ações generalizadas de recolhimento forçado, exigindo a análise individual de cada caso.

Entretanto, a efetividade da nova legislação depende da existência de uma rede pública devidamente estruturada. Após analisar a norma, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios apontou a precarização dos serviços e a insuficiência de recursos humanos destinados ao atendimento da população em situação de rua. Sem profissionais capacitados, unidades adequadas e acompanhamento contínuo, a internação isolada não será suficiente para enfrentar um problema que envolve saúde mental, dependência química e exclusão social.

Portanto, o enfrentamento dessa situação exige uma atuação integrada do poder público. Além do reforço do policiamento ostensivo, do uso de inteligência e da ampliação do monitoramento por câmeras, é necessário investir em assistência social, saúde e acolhimento especializado. Desse modo, será possível conciliar a preservação da ordem pública e a proteção dos cidadãos com um atendimento digno e individualizado às pessoas em situação de rua.

Julgue os itens a seguir, relativos às ideias e aos aspectos linguísticos do texto.

1. Infere-se do texto que a internação involuntária, embora autorizada pela nova legislação, não constitui uma política que possa ser aplicada indistintamente a todas as pessoas em situação de rua, pois depende da avaliação individual do caso e da comprovação médica de risco iminente à vida do indivíduo ou de terceiros.
2. A crítica apresentada pelo MPDFT permite inferir que a existência de uma lei específica é considerada suficiente para garantir a efetividade das medidas de acolhimento, ainda que a rede pública apresente carência de profissionais e precariedade estrutural.
3. Seria mantida a correção gramatical, mas seria afetada a coerência do texto, se a expressão, no primeiro parágrafo, “têm provocado” fosse substituída por “vêm provocando”.
4. No início do segundo parágrafo, o conectivo “Como” poderia ser corretamente substituído por “Conforme”, mantendo o sentido original.
5. No segundo parágrafo, a expressão “por um médico” representa o agente responsável por praticar a ação expressa pelo verbo.
6. No último parágrafo, a expressão “dessa situação” exerce a função de complemento nominal.
7. No último período do texto, a oração “conciliar a preservação da ordem pública...” exerce a função de complemento nominal do adjetivo “possível”.

8. No trecho “Sem profissionais capacitados, unidades adequadas e acompanhamento contínuo, a internação isolada não será suficiente para enfrentar um problema”, a retirada da vírgula empregada após “contínuo” preservaria a correção gramatical e os sentidos originais do período.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

9. No Windows 10 e 11, o recurso Histórico de Arquivos permite criar cópias periódicas de arquivos pessoais armazenados em pastas selecionadas, possibilitando a recuperação de versões anteriores em caso de alteração ou exclusão acidental.
10. No Linux, o gerenciamento de permissões de arquivos e diretórios utiliza as categorias proprietário, grupo e outros, permitindo definir diferentes níveis de acesso por meio das permissões de leitura, gravação e execução.
11. Na computação em nuvem, o modelo SaaS (Software as a Service) exige que o usuário administre diretamente servidores, sistemas operacionais e componentes de rede utilizados para disponibilizar a aplicação contratada.
12. Os worms são tipos de malware que dependem obrigatoriamente da execução manual de um arquivo infectado pelo usuário para se propagarem entre computadores e redes.
13. Em sistemas de banco de dados, os Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs) utilizam níveis de abstração para separar a forma como os dados são armazenados fisicamente da maneira como são visualizados pelos usuários e aplicações.

14. Em bancos de dados relacionais, a linguagem SQL utiliza comandos DDL para definir estruturas como tabelas e comandos DML para inserir, alterar, excluir e consultar dados armazenados nessas estruturas.

15. Modelos de Inteligência Artificial baseados em aprendizado de máquina podem identificar padrões em grandes volumes de dados e utilizar esses padrões para realizar classificações, previsões ou recomendações, conforme o treinamento recebido.

SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Emannuelle Gouveia

16. O princípio da confidencialidade da segurança da informação tem como objetivo principal garantir que os dados permaneçam sempre disponíveis aos usuários autorizados, mesmo durante falhas ou indisponibilidade dos sistemas.
17. A avaliação de riscos em segurança da informação consiste em eliminar previamente todas as ameaças identificadas, garantindo que o ambiente organizacional permaneça sem qualquer possibilidade de ocorrência de incidentes.
18. Firewalls são mecanismos de segurança utilizados para controlar o tráfego de rede com base em regras previamente definidas, permitindo ou bloqueando comunicações conforme critérios como endereços, portas e protocolos.
19. Sistemas IDS (Intrusion Detection System) e IPS (Intrusion Prevention System) são mecanismos de segurança capazes de analisar eventos e tráfego de rede para identificar atividades suspeitas, sendo que o IPS pode atuar bloqueando ou interrompendo ações consideradas maliciosas.

20. Em uma arquitetura de segurança, a criptografia assimétrica é sempre preferível à criptografia simétrica para proteger grandes volumes de dados, pois apresenta maior desempenho de processamento e elimina completamente os desafios relacionados ao gerenciamento de chaves.

21. Um ataque de negação de serviço distribuído (DDoS) tem como objetivo principal obter credenciais de usuários por meio de mensagens fraudulentas, utilizando técnicas de engenharia social para induzir a vítima a fornecer informações sigilosas.

22. O tratamento de incidentes cibernéticos envolve um conjunto de etapas estruturadas, nas quais a organização deve identificar, analisar, responder e recuperar-se de eventos de segurança, buscando reduzir impactos e evitar recorrências.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

Com relação a problemas aritméticos, julgue os itens a seguir.

23. O almoxarifado de uma delegacia dispõe de um lote de lacres de segurança suficiente para 24 dias de operação, caso sejam utilizados 45 lacres por dia.

Caso o consumo passe a ser de 60 lacres por dia, o mesmo lote de lacres será suficiente para menos de 20 dias de operação.

24. O sistema de registro de ocorrências de uma delegacia atribui a cada lote de documentos um código numérico gerado segundo um padrão lógico. Os cinco primeiros lotes receberam, nessa ordem, os códigos 4, 7, 13, 25 e 49, e o padrão observado manteve-se nos lotes seguintes. Com base nessa situação hipotética, é correto

afirmar que o código atribuído ao oitavo lote é superior a 380.

25. Considere que o número de boletins de ocorrência registrados por dia na central eletrônica de uma delegacia, ao longo dos 20 primeiros dias de determinado mês, seja dado pela função $B(x) = -x^2 + 24x + 45$, em que x representa o dia do mês, com $1 \leq x \leq 20$. Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que a quantidade diária de registros foi máxima no décimo segundo dia desse período, quando foram registrados mais de 190 boletins de ocorrência.

À luz da lógica sentencial, julgue os itens a seguir.

26. Considere a proposição P: “Se o perito comparecer ao local do crime, ele coletará os vestígios; e, se não coletar os vestígios, o laudo não será emitido.”. O número de linhas da tabela-verdade associada à proposição P é superior a 10.

27. Em uma investigação policial, considere que as seguintes proposições sejam verdadeiras. P: “Se a arma foi periciada, então as digitais foram identificadas e o laudo foi anexado ao inquérito.” Q: “Se o delegado indiciou o suspeito ou o promotor ofereceu denúncia, então a arma foi periciada.”

Sabendo-se que o laudo não foi anexado ao inquérito, conclui-se que o delegado não indiciou o suspeito e que o promotor não ofereceu denúncia.

Com relação a análise combinatória e teoria dos conjuntos, julgue os itens a seguir.

- 28.** Para atuar em uma operação de busca e apreensão, será formada uma comissão composta por 2 delegados, 3 escrivães e 2 papiloscopistas, escolhidos, respectivamente, entre 6 delegados, 8 escrivães e 5 papiloscopistas disponíveis. Um dos 6 delegados, por ser o responsável pela investigação, participará obrigatoriamente da comissão.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o número de maneiras distintas de se formar essa comissão é superior a 3.000.

- 29.** Em uma operação de fiscalização de trânsito, foram abordados 250 veículos, dos quais 140 estavam com o licenciamento vencido, 95 estavam com irregularidade em equipamento obrigatório e 40 apresentavam as duas irregularidades simultaneamente.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que mais de 50 dos veículos abordados não apresentavam nenhuma das duas irregularidades mencionadas.

NOÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

Lilian Novakoski

- 30.** Os direitos humanos caracterizam-se pela historicidade, na medida em que resultam de um processo gradual de conquistas e afirmações, o que permite reconhecer a existência de um rol aberto e expansivo, sujeito a ampliação conforme as demandas sociais de cada época.

- 31.** A responsabilidade internacional do Estado por violação de direitos humanos somente se configura mediante a comprovação de dolo ou culpa do agente público causador do dano, não bastando a mera constatação objetiva do descumprimento da obrigação internacional assumida.

- 32.** Os tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil antes da promulgação da Emenda Constitucional n.º 45/2004 foram automaticamente recepcionados com status de emenda constitucional, conforme entendimento consolidado do Supremo Tribunal Federal.

- 33.** Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República poderá suscitar, perante o Superior Tribunal de Justiça, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte.

- 34.** O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3), aprovado pelo Decreto n.º 7.037/2009, organiza-se em eixos orientadores, entre os quais figuram a interação democrática entre Estado e sociedade civil e a segurança pública, acesso à justiça e combate à violência.

- 35.** Nos termos da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, os Estados-partes que já houverem abolido a pena de morte poderão restabelecê-la, desde que exclusivamente para crimes de excepcional gravidade, como os delitos hediondos e o terrorismo.

- 36.** A Convenção Americana sobre Direitos Humanos proíbe, de forma absoluta e sem qualquer ressalva, a censura prévia ao exercício da liberdade de pensamento e de expressão, admitindo apenas a responsabilização ulterior dos que abusarem desse direito.

ATUALIDADES*Rodolfo Gracioli*

- 37.** O 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, divulgado em julho de 2026, revelou que há forte concentração das cidades mais violentas do Brasil na Região Nordeste, com destaque para os estados da Bahia e do Ceará, evidenciando a persistência de desafios relacionados à segurança pública no país.
- 38.** A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) aprovou resolução reconhecendo o tráfico transatlântico de africanos escravizados como o mais grave crime contra a humanidade, reforçando o debate internacional sobre memória histórica, justiça reparatória e combate ao racismo.
- 39.** A Organização Meteorológica Mundial (OMM) alertou para a intensificação do fenômeno El Niño, destacando a elevada probabilidade de um evento de forte intensidade entre o segundo semestre de 2026 e o início de 2027. O fenômeno El Niño caracteriza-se pelo resfriamento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico Equatorial, provocando, no Brasil, aumento das chuvas nas regiões Norte e Nordeste e estiagens prolongadas na Região Sul.
- 40.** A crescente importância das terras raras no cenário geopolítico está relacionada ao seu emprego em setores estratégicos da economia e da indústria. As terras raras recebem essa denominação porque são elementos extremamente escassos na crosta terrestre, sendo encontradas apenas em pequenas quantidades, o que inviabiliza sua exploração econômica em larga escala.
- 41.** As mudanças climáticas têm ampliado a frequência e a intensidade de eventos extremos, aumentando a exposição da população brasileira a enchentes e deslizamentos. Dados do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres

Naturais (Cemaden) identificam as cidades com maior contingente de pessoas sujeitas a esses riscos. Segundo os dados mais recentes, Salvador, São Paulo e Rio de Janeiro lideram o ranking com maior quantitativo populacional em situação de risco.

- 42.** O Brasil retirou seu apoio à candidatura da ex-presidente chilena Michelle Bachelet para a Secretaria-Geral da ONU e passou a apoiar oficialmente o argentino Rafael Grossi, diretor-geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)
- 43.** O Parlamento da França aprovou um projeto de lei que proíbe o acesso de crianças menores de 15 anos às redes sociais, tornando o país o primeiro da União Europeia a barrar o uso de aplicativos como o TikTok por essa faixa etária.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO*Antônio Daud*

Julgue os itens a seguir, relativo a ética, moral, princípios e valores.

- 44.** A moral corresponde ao conjunto de normas, valores e costumes efetivamente vigentes em determinado grupo social, orientando as condutas na prática, ao passo que a ética consiste na reflexão filosófica sobre os fundamentos e a validade desses juízos morais, possuindo caráter predominantemente teórico

45. Situação hipotética: Ao ser questionado sobre os valores que devem orientar sua atuação, agente da polícia civil de Alagoas afirmou que o dever ético do servidor se restringe ao horário de expediente, pois os primados de dignidade, decoro e zelo somente lhe seriam exigíveis no exercício do cargo. **Assertiva:** A afirmação do agente está de acordo com a Lei estadual nº 6.754/2006

46. A cidadania, fundamento da República Federativa do Brasil, não se esgota no exercício do direito de voto, abrangendo instrumentos de participação e de controle da coisa pública, como a ação popular, por meio da qual qualquer cidadão pode pleitear a anulação de ato lesivo à moralidade administrativa

47. Situação hipotética: Servidor público civil do estado de Alagoas prestou informação inverídica a interessado, com o propósito de resguardar a imagem do órgão em que atua, por entender que a revelação da verdade contrariaria os interesses da Administração Pública Estadual. **Assertiva:** A conduta do servidor encontra respaldo nas regras deontológicas da Lei estadual nº 6.754/2006

48. Situação hipotética: Comissão de ética de órgão do Poder Executivo alagoano, ao concluir pela violação de norma do Código de Ética Funcional por servidor, aplicou-lhe a penalidade de advertência, determinando sua transcrição no assentamento funcional do infrator. **Assertiva:** A providência adotada pela comissão está em conformidade com a Lei estadual nº 6.754/2006

49. Nos termos da Lei estadual nº 6.754/2006, as comissões de ética a serem criadas nos órgãos e entidades do Poder Executivo do estado de Alagoas serão integradas por três servidores públicos civis efetivos e respectivos suplentes, competindo-lhes, entre outras atribuições, conhecer dos atos suscetíveis de advertência ou censura ética

50. Situação hipotética: Escrivão de polícia civil de Alagoas, valendo-se do prestígio do cargo e de amizades cultivadas na repartição, obteve favorecimento em benefício de familiar seu, alegando que a conduta não repercutiria em sua avaliação funcional por ter sido praticada fora do horário de trabalho. **Assertiva:** Ambas as alegações do escrivão são compatíveis com o Código de Ética Funcional do Servidor Público Civil do Estado de Alagoas

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araujo

51. Acerca da lei penal no tempo, julgue o item a seguir.

Tratando-se de crime continuado, a lei penal mais grave aplica-se ao agente se sua entrada em vigor ocorrer antes da cessação da continuidade delitiva.

52. Acerca dos crimes contra a vida, julgue o item a seguir.

A conduta do homem que mata a ex-companheira em contexto de inconformismo com o término do relacionamento caracteriza feminicídio, ainda que o crime ocorra meses após o fim da convivência entre o casal.

53. Acerca dos crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir.

Para a incidência da majorante do repouso noturno no crime de furto não se exige que a vítima esteja efetivamente dormindo no momento da subtração.

54. Acerca dos crimes patrimoniais, julgue o item seguinte.

Caso o crime de roubo seja cometido por integrante de organização criminosa ultraviolenta, no contexto da atuação da facção criminosa, deverá ser aplicada a pena do roubo simples, em triplo, desprezadas as demais causas de aumento de pena.

55. Acerca dos crimes praticados por funcionário público contra a administração pública, julgue o item a seguir.

A solicitação de vantagem indevida realizada por funcionário público fora do exercício da função pública configura fato atípico, ainda que haja relação entre a vantagem pretendida e as atribuições funcionais.

56. Acerca dos crimes contra a administração da justiça, julgue o item a seguir.

Aquele que comunica falsamente a ocorrência de um crime à autoridade policial competente, sem atribuir a infração a pessoa determinada, responde pelo crime de denúncia caluniosa.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

57. Determinado crime foi praticado em território brasileiro por agente estrangeiro. Durante o processo, a defesa alegou que, em razão da nacionalidade do acusado, deveriam ser aplicadas as regras processuais penais do país de origem do réu, e não o Código de Processo Penal brasileiro.

Julgue o item a seguir.

O processo penal brasileiro rege-se, em regra, pelo Código de Processo Penal em todo o território nacional, ressalvadas as hipóteses previstas no

próprio CPP, como tratados, convenções e regras de direito internacional.

58. No decorrer da apuração de crime de ação penal privada, a autoridade policial tomou conhecimento informal dos fatos por meio de notícia anônima. Sem qualquer manifestação da vítima ou de seu representante legal, instaurou inquérito policial de ofício, argumentando que a investigação criminal é obrigatória sempre que houver notícia de crime.

Julgue o item a seguir.

Nos crimes de ação penal privada, a instauração do inquérito policial pela autoridade policial depende de requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

59. Pedro foi preso em flagrante pela suposta prática de crime sem violência ou grave ameaça. Ao receber o auto de prisão em flagrante, o juiz constatou que a prisão era legal, mas que não estavam presentes os requisitos da prisão preventiva. Ainda assim, manteve Pedro preso, sob o fundamento de que a prisão em flagrante, por si só, autoriza a custódia até o final do processo.

Julgue o item a seguir.

A prisão em flagrante, embora inicialmente legal, não autoriza, por si só, a manutenção da custódia do preso, devendo o juiz relaxá-la, convertê-la em preventiva ou conceder liberdade provisória, conforme o caso.

60. No curso de ação penal, o Ministério Público requereu a prisão preventiva do acusado, alegando que ele estaria ameaçando testemunhas. O juiz, ao analisar o pedido, verificou a existência de indícios suficientes de autoria, prova da materialidade do crime e elementos concretos de que o réu vinha interferindo na produção da prova testemunhal.

Julgue o item a seguir.

A prisão preventiva poderá ser decretada para garantir a conveniência da instrução criminal, desde que presentes os pressupostos legais e demonstrado o perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.

61. Após ser preso em flagrante, Carlos teve liberdade provisória concedida mediante imposição de comparecimento periódico em juízo e proibição de manter contato com determinada testemunha. Posteriormente, descumpriu injustificadamente as medidas cautelares impostas. O Ministério Público requereu providências ao juiz.

Julgue o item a seguir.

Em caso de descumprimento injustificado de medida cautelar diversa da prisão, o juiz poderá substituir a medida, impor outra em cumulação ou, em último caso, decretar a prisão preventiva, se presentes os requisitos legais.

62. No curso de investigação destinada a apurar crime de ação penal pública incondicionada, a autoridade policial verificou a inexistência de elementos mínimos de autoria e materialidade. Diante disso, por entender desnecessário o prosseguimento da investigação, determinou o arquivamento dos autos do inquérito policial, comunicando posteriormente o fato ao Ministério Público.

Julgue o item a seguir.

A autoridade policial pode determinar o arquivamento do inquérito policial quando concluir pela inexistência de justa causa para o prosseguimento da investigação.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

63. A eficácia das normas definidoras dos direitos e das garantias fundamentais está condicionada à edição de lei ordinária que discipline sua aplicação aos casos concretos.

64. A criança estrangeira adotada no brasileiro nato no exterior adquire automaticamente a nacionalidade brasileira nata em razão da adoção.

65. A legislação responsável por disciplinar a organização e o funcionamento dos órgãos de segurança pública deverá observar a garantia da eficiência no exercício de suas atividades.

66. A segurança pública constitui direito e responsabilidade de todos, enquadrando-se entre os direitos sociais e, por essa razão, caracteriza-se como direito de natureza indisponível, cuja concretização deve ocorrer por meio de políticas públicas estatais.

67. Os Municípios podem criar guardas municipais para a proteção de seus bens, serviços e instalações, assegurando-se o porte de arma a seus integrantes, independentemente da população municipal.

68. Os policiais civis e todos os servidores públicos que atuam diretamente na área de segurança pública não podem exercer o direito de greve, independentemente da forma ou modalidade adotada.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Rodrigo Bet*

69. Durante fiscalização realizada pela Polícia Civil de Alagoas, a autoridade competente determinou a interdição de um estabelecimento que apresentava risco iminente à segurança da coletividade. Nessa situação, a imposição da medida decorre da imperatividade, ao passo que sua execução direta pela Administração constitui manifestação da autoexecutoriedade, atributo que não está presente em todos os atos administrativos.
70. As autarquias integrantes da Administração Indireta estão subordinadas hierarquicamente ao respectivo ente político, razão pela qual seus dirigentes podem receber ordens diretas do chefe do Poder Executivo acerca da prática de atos administrativos específicos.
71. Durante operação da Polícia Civil de Alagoas, um policial civil causou dano a terceiro no exercício regular de suas funções. Nessa hipótese, o Estado responde objetivamente perante a vítima, assegurado o direito de regresso contra o agente caso sejam comprovados dolo ou culpa.
72. A Polícia Civil de Alagoas pretende contratar serviços de vigilância patrimonial, considerados serviços comuns. Nessa hipótese, a Administração deverá utilizar obrigatoriamente a modalidade concorrência, sendo vedada a utilização do pregão.
73. A Administração Pública somente poderá anular seus próprios atos ilegais após autorização do Poder Judiciário, em respeito ao princípio da separação dos poderes.
74. Um delegado da Polícia Civil de Alagoas, competente para instaurar processo administrativo disciplinar, determinou sua instauração exclusivamente para perseguir determinado

servidor por razões pessoais. Nessa situação, embora o agente fosse competente para praticar o ato, restou configurado desvio de poder.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL DO ESTADO DE ALAGOAS*Giulian Salvador*

75. Nos termos do Estatuto do Pessoal da Polícia Civil do Estado de Alagoas, são autoridades policiais civis, entre outros, o Secretário de Segurança Pública, o Chefe de Gabinete da SSP, o Corregedor-Geral de Polícia, os Diretores de Departamentos e os Delegados de Polícia, não estando os agentes e escrivães incluídos nessa classificação.
76. O indivíduo que mantém, sem autorização legal, arma de fogo de uso permitido no interior de sua residência pratica o crime de porte ilegal de arma de fogo de uso permitido.
77. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, a posse deverá ocorrer no prazo de 15 dias, contado da publicação do ato de provimento, admitida uma única prorrogação por igual período, mediante requerimento do interessado.
78. Durante o estágio probatório de três anos nos cargos integrantes da Parte Permanente das Carreiras de Agente de Polícia e Escrivão de Polícia, o servidor receberá subsídio equivalente ao correspondente à Classe A.
79. De acordo com o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Cíveis do Estado de Alagoas, exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo, devendo o servidor entrar em exercício no prazo de 30 dias, contado da data da posse.

80. A Diretoria de Inteligência Policial, as Coordenadorias Regionais de Inteligência, os Núcleos de Inteligência em unidades especializadas, a Coordenadoria de Doutrina de Inteligência Policial e Treinamento e a Coordenadoria de Contraineligência Policial constituem unidades de execução da Polícia Civil.

LEGISLAÇÃO PENAL ESPECIAL

Antônio Pequeno

81. Com o advento do Pacote Antifacção (Lei nº 15.358/2026), os crimes de domínio social estruturado e do favorecimento ao domínio social estruturado foram rotulados como crimes hediondos, conforme o art.1º, § único, VIII, da Lei nº 8.072/1990.

82. Julgue o item abaixo de acordo com a Lei de Organização Criminosa (Lei nº 12.850/2013).

O indivíduo que praticar o crime de Obstrução de ações contra o crime organizado, previsto no art.21-A da lei supramencionada, e estiver na condição de preso provisório investigado ou processado, será recolhido a estabelecimento penal federal de segurança máxima.

83. De acordo com a Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006), o indivíduo que estiver na condição de reincidente não poderá ser beneficiado com o tráfico privilegiado.

84. Julgue o item abaixo de acordo com o Estatuto do Desarmamento.

Um Policial Rodoviário Federal foi preso em flagrante delito por estar possuindo ilegalmente uma arma de fogo de uso permitido, por isso responderá pelo crime com uma causa de aumento de pena da metade.

85. O crime de tortura, eventualmente, pode ser praticado na forma culposa.

De acordo com a lei nº 9.605/1998 (Lei dos Crimes Ambientais) julgue o item abaixo:

86. Alguns crimes previstos nesta lei exigem a representação da parte ofendida para a persecução penal.

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

Silvio Sande

87. Enquanto o ativo e o passivo só podem ser nulos ou positivos, o patrimônio líquido pode ser positivo, nulo e negativo. A única coisa que o patrimônio líquido não pode é ser maior que o ativo.

88. Uma empresa com prejuízo acumulado se encontra numa situação de passivo a descoberto

89. Ocorre um fato misto toda vez que um lançamento contem duas contas patrimoniais e uma conta de resultado.

90. A aquisição de um equipamento por R\$ 10.000,00 com um desconto incondicional de 10% fará com que o resultado da empresa seja aumentado em R\$ 1.000,00 no momento da aquisição.

91. Os Balancetes de quatro e de seis colunas fornecem as mesmas informações: os saldos anteriores, o movimento e os saldos atuais, divergindo apenas que o de seis colunas apresenta duas colunas para os saldos anteriores e saldos atuais enquanto o de quatro colunas apresenta uma coluna para os referidos saldos utilizando as letras D e C para evidenciar a natureza do saldo se devedor ou credor.

No que se refere ao balanço patrimonial, julgue o item a seguir

- 92.** As obrigações cujo vencimento ocorram em prazo superior ao ciclo operacional devem ser classificadas no passivo não circulante.

ANÁLISE FINANCEIRA

Paulo Portinho

- 93.** Sobre os principais indicadores utilizados na análise de investimentos públicos e privados, é correto afirmar que o Valor Presente Líquido (VPL) mede o ganho ou perda absoluta em valores monetários atuais e normalmente aceita-se o projeto quando $VPL > 0$, considerando a Taxa Mínima de Atratividade adequada.

- 94.** Uma Secretaria de Fazenda está avaliando a implantação de um sistema informatizado de gestão fiscal com investimento inicial de R\$ 8.000.000,00 e fluxos de caixa líquidos projetados de R\$ 2.800.000,00 anuais (constantes) durante 5 anos.

Considerando os fluxos anuais constantes, o Payback Simples do projeto será igual a aproximadamente 2,86 anos e há dados suficientes no enunciado para o cálculo do payback descontado.

- 95.** Em operações com derivativos, o risco de contraparte é um subgrupo do risco de crédito e não pode ser mitigado por estruturas em que a bolsa atua como contraparte central.

- 96.** A estrutura de gerenciamento de riscos exigida para instituições financeiras deve ser contínua e integrada, e, entre outros requisitos, precisa identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos de crédito, mercado, liquidez e operacional, utilizando políticas de limites, testes de estresse e avaliação periódica de

sistemas e procedimentos como formas de mitigação.

- 97.** Um município está analisando um projeto de investimento em infraestrutura com o seguinte fluxo de caixa (em milhões de reais):

Ano 0: – 10

Ano 1: + 4

Ano 2: + 4

Ano 3: + 4

Ano 4: + 4

Sabe-se que o Valor Presente Líquido (VPL) foi calculado e, para uma taxa de desconto de 20% a.a., o resultado foi positivo de cerca de 40 mil reais.

(Considere os seguintes fatores de desconto para os períodos: Ano 1 – 0,8, Ano 2 – 0,7, Ano 3 – 0,6; e Ano 4 – 0,5.)

- 98.** Com base na questão anterior, é possível afirmar que o projeto é viável para qualquer valor de TMA entre -100% (exclusive) e 20%.

CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Antônio Pequeno

- 99.** De acordo com a Lei n.º 8.137/1990, caso o juiz verifique onerosidade excessiva das penas pecuniárias relativas aos crimes praticados contra a ordem tributária, ele poderá reduzi-las, no máximo, até a décima parte.

A respeito dos crimes contra a ordem tributária, observado o disposto na Lei n.º 8.137/1990 e na jurisprudência do STF, julgue os itens de 100 a 104

100. O comerciante que, ainda que de maneira eventual, não recolher aos cofres públicos valor de ICMS cobrado do adquirente de mercadoria incorrerá em crime de apropriação indébita tributária.

101. O crime de apropriação indébita tributária é próprio, de forma que somente pode ser cometido por quem detenha a condição de sujeito passivo da obrigação tributária, seja como contribuinte ou responsável tributário.

102. O crime de apropriação indébita tributária não exige o dolo específico de apropriação, motivo por que se mostra suficiente a constatação de reiteração da conduta, ainda que sob a modalidade culposa.

103. O crime de apropriação indébita tributária é de natureza material e, portanto, não prescinde da conclusão do processo administrativo fiscal para fins de encaminhamento da representação fiscal ao Ministério Público.

104. O crime de apropriação indébita tributária exige a ocorrência de fraude para que haja a caracterização do tipo penal.

ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

A empresa BEAUTY FUTURE emprega várias pessoas distribuídas por quatro departamentos, que são: contabilidade, tecnologia, vendas e administrativo. Os gráficos a seguir mostram a distribuição desses funcionários pelos departamentos da BEAUTY FUTURE.



Diante do exposto, julgue os itens 105 e 106.

105. Pela análise dos gráficos pode-se concluir que o total de funcionários da BEAUTY FUTURE que trabalham no setor de vendas é superior a 580

106. O ângulo correspondente ao setor de Contabilidade no gráfico de setores é inferior a 500

Num estudo do consumo de energético para a marca **STRONG**, supõe-se que a distribuição do consumo em pequenas empresas é aproximadamente normal com média desconhecida μ litros por dia e desvio padrão de 3 litros por dia. Uma amostra de 36 pequenas empresas produziu a média de consumo de 16 litros por dia. Deseja-se testar a hipótese $H_0: \mu = 15$ contra a alternativa $H_1: \mu > 15$.

z	P(Z < z)
1,0	0,841
1,2	0,885
1,4	0,919
1,6	0,945
1,8	0,964
2,0	0,977
2,2	0,986
2,4	0,992

Diante do exposto, julgue o item seguinte:

107. Considerando os valores da função de distribuição normal padrão dados acima, o p-valor do teste é superior a 2%

Atenção: Para responder aos itens de números 108 E 109 use as informações dadas abaixo.

Se Z tem distribuição normal padrão, então:

$P(Z < 1) = 0,84$; $P(Z < 1,28) = 0,90$; $P(Z < 1,5) = 0,933$;
 $P(Z < 1,8) = 0,964$; $P(z < 2) = 0,975$

O tamanho de um medicamento para tratamento de uma doença rara é uma variável aleatória X , com distribuição normal com média μ (cm) e desvio padrão igual a 1,5 cm.

108. Ao vender o medicamento, o lucro obtido empresa farmacêutica é de 50 reais se X se distanciar de sua média por, no máximo, 1,5 cm e, é de - 10 reais caso contrário.

Nessas condições, o lucro esperado por medicamento é, em reais, superior a 30

109. Sabe-se que 90% dos valores de X são superiores a 5 cm. Nessas condições, o valor de μ , em cm, é superior a 7 cm

Anelise, uma policial da PC AL, ficou responsável pela organização de uma festa temática, onde só podiam ser servidas como bebidas sucos de frutas. Haverá um total de 300 policiais na festa. Anelise realizou uma pesquisa, entre policiais, sobre hábitos de beber sucos e conseguiu as seguintes informações:

- 120 gostam de laranja;
- 100 gostam de coco;
- 80 gostam de morango;
- 50 gostam de laranja e coco;

- 40 gostam de laranja e morango;
- 30 gostam de coco e morango;
- 20 gostam dos três.

110. Se Anelise escolher aleatoriamente duas pessoas, a probabilidade de que elas não gostem de nenhum dos sucos mencionados é igual a 99/897.

ANÁLISE DE DADOS

Lucas Ianni

111. Julgue o item a seguir, relativo a preparação e transformação de dados.

Uma equipe de auditoria fiscal converteu o atributo contínuo valor total da nota em faixas categóricas antes de aplicar um algoritmo de mineração de dados. Nesse contexto, a discretização por frequência igual aloca aproximadamente o mesmo número de observações em cada faixa, enquanto a discretização por largura igual divide o intervalo entre o menor e o maior valor em faixas de mesma amplitude, sendo esta última mais sensível à presença de valores extremos.

112. Julgue o item a seguir, a respeito do armazenamento de dados estruturados e não estruturados.

Uma secretaria de fazenda decidiu centralizar arquivos de texto, imagens de documentos digitalizados e tabelas transacionais em um data lake. Nessa arquitetura, os dados precisam ser convertidos e ajustados a um esquema rígido no momento da ingestão (schema-on-write), diferentemente do data warehouse, no qual o esquema é aplicado somente no momento da leitura.

113. Julgue o item a seguir, referente ao modelo CRISP-DM.

A etapa de preparação dos dados (data preparation) compreende atividades como seleção, limpeza, construção, integração e formatação dos dados, podendo ser retomada após a etapa de modelagem, uma vez que o ciclo do CRISP-DM não é estritamente linear.

114. Julgue o item a seguir, relativo a mineração de dados.

Ao analisar transações de compra de uma rede varejista, um analista extraiu a regra de associação {leite} → {pão}, obtendo confiança de 0,45 e lift igual a 1. Nesse caso, a confiança indica a proporção do total de transações da base que contêm simultaneamente leite e pão, e o valor de lift obtido evidencia forte dependência positiva entre os dois itens.

115. Julgue o item a seguir, a respeito de processamento de linguagem natural.

Em modelos baseados em transformers, o mecanismo de autoatenção permite que cada posição da sequência se relacione diretamente com todas as demais posições do texto.

CRIMES CIBERNÉTICOS E SEGURANÇA DIGITAL

Emannuelle Gouveia

116. A adoção de configurações de privacidade em redes sociais reduz a exposição de informações pessoais, mas não elimina totalmente os riscos, pois dados compartilhados podem ser copiados, redistribuídos ou utilizados em tentativas de engenharia social.

117. A autenticação multifator (MFA) elimina a necessidade de utilização de senhas, pois substitui completamente o fator de conhecimento por mecanismos biométricos ou dispositivos de autenticação.

118. O phishing é um ataque que depende exclusivamente da exploração de vulnerabilidades técnicas em sistemas operacionais e aplicações, sem utilizar técnicas de manipulação psicológica ou indução do usuário ao fornecimento de informações.

119. Malwares representam uma categoria de softwares maliciosos que inclui diferentes tipos de ameaças, como vírus, worms, trojans e ransomware, os quais possuem características distintas de propagação, execução e impacto sobre sistemas computacionais.

120. A LGPD estabelece que todo tratamento de dados pessoais realizado por organizações públicas ou privadas depende obrigatoriamente do consentimento do titular, não admitindo outras bases legais para justificar o uso das informações.

Discursiva

Textos Motivadores

Texto I

A revolução digital alterou as interações humanas, o comércio e a gestão pública. Contudo, essa mesma conectividade viabilizou a ascensão de ameaças virtuais complexas. A facilidade de comunicação e o anonimato na rede criaram um ambiente propício para golpes financeiros, extorsão e sequestro de dados institucionais. O Brasil figura entre os alvos mais frequentes de ataques cibernéticos, situação que expõe a fragilidade da infraestrutura digital do país e afeta diretamente a segurança patrimonial e moral da população. *(Texto adaptado para fins de avaliação)*

Texto II

Para combater a criminalidade no ciberespaço, o Estado precisa atuar em duas frentes indissociáveis. A primeira envolve a estrutura da Polícia Judiciária, que frequentemente esbarra na obsolescência de seus equipamentos e na falta de peritos especializados em forense digital. A segunda frente diz respeito ao Poder Legislativo, que lida com a lentidão inerente ao processo democrático para tipificar condutas ilícitas inéditas. O hiato entre o avanço tecnológico e a atualização das leis penais cria um cenário de incerteza jurídica, o qual favorece a impunidade de criminosos virtuais. *(Texto adaptado para fins de avaliação)*

Comando da Questão

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos seus conhecimentos, redija um texto dissertativo em norma-padrão da língua portuguesa sobre o tema:

O Estado brasileiro frente à cibercriminalidade: desafios entre a modernização investigativa e a necessidade de novos marcos legais.

Folha de Resposta

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
